



# TOCHA



**INFORMATIVO DO SINDIPETRO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 29/05/2015 Nº9**

## 29 de maio: Dia de paralisações contra os ajustes do governo que atacam os direitos dos trabalhadores

*MPs 664, 665, PL 4330 e fator previdenciário reduzem direitos trabalhistas e previdenciários*

**O**s direitos da classe trabalhadora estão sendo ainda mais rifados pelo governo por causa dos ajustes fiscais para bancar o superávit primário que faz a festa de banqueiros e especuladores financeiros. Os governos e as bancadas patronais, cujas eleições os patrões financiam, sempre querem reduzir direitos e conseguir vantagens fiscais para a burguesia. Isso funciona como uma transferência imoral e indecente de renda da classe trabalhadora para os milionários e bilionários, que controlam o Congresso Nacional.

É neste sentido que o governo federal anuncia cortes no orçamento que vão afetar os serviços públicos para a população ao mesmo tempo em que reduz o acesso aos direitos do INSS. Infelizmente, alguns ataques são

apoiados por centrais sindicais pelegas, como a Força Sindical, que apoia o PL 4330, que libera a terceirização sobre a atividade-fim.

A votação na Câmara dos Deputados da MP 665, que restringe o acesso ao seguro desemprego, abono salarial e seguro-defeso, contou com o apoio de parlamentares governistas oriundos da CUT que apoiam os ajustes neoliberais do governo federal à custa dos direitos dos trabalhadores.

Enquanto as centrais sindicais fazem malabarismo para justificar suas posições o r a progressistas, ora governistas, à classe trabalhadora só cabe lutar! E na luta nós temos que somar contra aos ataques aos direitos dos trabalhadores.

Em direitos não se mexe! A burguesia deste país tem sido

favorecida com isenção fiscal, incentivos à produção, financiamento público por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Isso sem contar que os maiores prejuízos à economia são causados pela sonegação fiscal dos ricos e remessas de dinheiro ilegal para o exterior como mostram vários casos de corrupção investigados pela Polícia Federal, inclusive, envolvendo políticos de todos os partidos burgueses, tanto da base do governo quanto da oposição.

**P**or isso, dia 29 de maio vamos participar deste grande dia de mobilizações que está sendo convocado pelas centrais sindicais, mas que deve contar, sobretudo, com a participação dos trabalhadores de base. São as categorias organizadas que vão junto com os movimentos sociais e estudantes derrubar estes ataques aos nossos direitos em prol de ajustes que enriquecem banqueiros nacionais e internacionais ainda mais!



**➔ Pelo arquivamento do PL 4330 (nomeado no Senado de PLC 30/2015);**

**➔ Pela anulação das MPs 664 e 665;**

**➔ Pelo fim do fator previdenciário sem novo fator de redução de aposentadorias!**

**O SINDIPETRO/SJC ESTÁ DE PORTAS ABERTAS! SINDICALIZE-SE!**

# Não à terceirização!

*Não lutamos apenas contra o aumento da terceirização, mas também pelo combate ao modelo já em prática*

**U**ma coisa deve ficar clara a respeito do projeto de terceirização irrestrita na atividade-fim: não devemos apenas lutar contra o avanço, mas sim combater toda e qualquer terceirização já em prática no país. A terceirização não deve ser discutida e muito menos regulamentada, deve ser combatida! Este tem que ser o teor da luta dos trabalhadores!

O PL 4330/2004 aprovado sob o comando nefasto do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ) aguarda votação no Senado, onde foi renomeado de PLC 30/2015. Os senadores podem votar o projeto rápido ou daqui a anos. Tudo depende do tamanho do comprometimento deles com os seus financiadores de campanha, a patronal. Depende das chantagens com o governo federal, com os interesses pessoais, pois dezenas de senadores são empresários da mesma forma que a maior parte dos deputados.

Por isso, não podemos ficar à mercê dos interesses escusos dos políticos desta burguesia que controla o país. Além do que é difícil saber qual casa legislativa é mais corrupta, corporativista e contra os trabalhadores.

O PL 4330 permite a terceirização de todos os setores de uma empresa, sem distinção entre atividade-meio ou atividade-fim. Houve uma discussão se o serviço público também seria afetado pela medida. No fim das contas, é claro que também foi incluído. Até porque os governos já tentam via ação no Supremo

Tribunal Federal (STF) derrubar a necessidade de primeirização na atividade-fim do serviço público. Seria o fim dos concursos públicos. Isso representaria o fim dos mínimos direitos trabalhistas garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, que foi criada em 1943).

É por isso que eleição é algo tão sério. Não podíamos, mas foi dado poder aos políticos para destruírem os direitos do trabalhador, pois todos os partidos e políticos tradicionais conspiram a favor da patronal, dos bancos, dos especuladores financeiros. Alguns abertamente, como é o caso do PSDB/DEM/Pros/Solidariedade/PV; outros fazem uma ceninha, mas sempre fecham com os interesses do mercado, como: PDT, PTB, PT, PSB, PC do B, que aprovaram as MPs 664 e 665 contra as viúvas, trabalhadores lesionados, pescadores, aposentados.

O Brasil tem 12 milhões de trabalhadores terceirizados que são usados inescrupulosamente como desculpa pela patronal e seus cães de caça, como o presidente da FIESP, Paulo Skaf, para justificar a regulamentação da terceirização. Algo que ataca os direitos dos trabalhadores não deve ser regulamentado no sentido de ampliação. Deve ser combatido e, inclusive, revertido, pois sabemos que aos poucos a terceirização já avança sobre a atividade-fim. Nós vemos isso todos os dias no Sistema Petrobras. Hoje, já são mais de 300 mil terceirizados na Petrobras e

apenas 80 mil diretos. E não podemos nos limitar a discussão do que seja ou não atividade-fim. Terceirização é precarização dos direitos! Por isso, deve ser combatida sempre!

Salário menor, jornada maior, alta rotatividade, enfraquecimento dos fundos de pensão por causa da baixa primeirização (diminuição da contribuição). Cerca de 80% dos casos de acidentes no trabalho envolvem terceirizados. 185 mil terceirizados já têm processos na justiça por terem sofrido calotes de empresas contratantes, segundo o Sindicato dos Auditores do Trabalho.

Isso é o resultado da terceirização. O DIEESE afirma que o salário médio dos terceirizados é 27% menor que o dos trabalhadores diretos. Os terceirizados têm uma jornada semanal de 3 horas a mais que os diretos. E ficam menos da metade do tempo no emprego, em média 2,6 anos contra 5,8 anos dos demais trabalhadores.

Assim, companheiros (as), o combate a este projeto passa por pressionar todos os senadores pelo arquivamento do projeto, mudar a formulação do Congresso Nacional nas próximas eleições.

**T**emos que destronar a bancada patronal e impedir na luta em passeatas, mobilizações, abaixo-assinados, ocupação políticas em Brasília o arquivamento de todo projeto que ataque os direitos trabalhistas e previdenciários. Esta luta é de todos os trabalhadores!

# Pelo direito à aposentadoria integral sem NENHUM fator de redução ou limitação!

**O**s trabalhadores estão lutando há quase duas décadas contra o fator previdenciário, um ataque criado pelo governo FHC e mantido por Lula e Dilma para reduzir o valor das aposentadorias do setor privado. Agora a Câmara aprovou a substituição deste fator por outro chamado 85/95. Não é questão de trocar o modelo de redução das aposentadorias: nós temos que acabar com qualquer fator que limite e/ou diminua o valor das aposentadorias!

O fator previdenciário de FHC reduz o valor da aposentadoria em até 50% conforme a idade, expectativa de vida e tempo de contribuição do trabalhador. O Congresso, por incrível que pareça, chegou a derrubar a medida em 2010, mas o então presidente Lula vetou o fim do fator previdenciário com a desculpa de discutir um novo.

Daí o governo chamou as centrais sindicais (na maioria, pelegas e/ou oportunistas) para negociar o chamado fator 85/95, que, nada mais nada menos, é um novo redutor de aposentadorias.

Pelo tempo de contribuição, a regra é clara. O trabalhador que começa a trabalhar aos 20 anos, por exemplo, poderia se aposentar com valor integral aos 55 após 35 anos de contribuição ao INSS. Já a trabalhadora que começa a contribuir com a previdência aos 20 anos poderia se aposentar aos 50, após 30 anos de contribuição. É aí que entra o fator previdenciário para negar o valor integral das aposentadorias criando um ágio para diminuir o valor das aposentadorias.

Já com o tal fator 85/95 defendido por centrais governistas, para requerer a aposentadoria é necessário somar o tempo de

contribuição com a idade, essa soma deveria totalizar 95 para homens e 85 para mulheres. A promessa deste fator seria o valor integral das aposentadorias. Em casos específicos, como trabalhadores que contribuem desde muito cedo para a previdência, este fator não representaria perdas maiores do que o modelo atual. Contudo, nós sabemos que os governos seguem a lógica capitalista do mercado e, assim, não governam para o povo, mas sim para manter os pilares da economia de mercado e do reinado dos bancos. Logo, a propaganda é de

## NÃO A NENHUM FATOR DE REDUÇÃO DO VALOR DA APOSENTADORIA!

que o fator 85/95 desconsideraria o aumento da expectativa de vida, mas esconde que para atingir o fator o trabalhador pode ter que contribuir até mais do que 35 anos.

Exemplos:

● Um homem com 50 anos + 35 anos de contribuição = 85 (faltaria 10 para alcançar o fator 95).

● Uma mulher com 45 anos + 30 anos de contribuição = 75 (faltaria 10 para alcançar o fator 85).

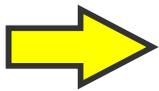
Tanto o trabalhador quanto a trabalhadora teria que trabalhar mais cinco anos para alcançar o fator correspondente, pois só com mais cinco anos de trabalho e, conseqüentemente, mais cinco anos de idade se alcançaria o fator 95 para homens e 85 para mulheres. No total, o homem do exemplo teria 40 anos de contribuição e a mulher, 35.

E isso sem falar que apenas 26% das aposentadorias no Brasil são concedidas por tempo de serviço por

causa do desemprego, da informalidade do mercado de trabalho, da dificuldade de recolhimento para o INSS por parte de trabalhadores discriminados pelo mercado de trabalho por causa da idade etc. 55% das aposentadorias atuais concedidas é por tempo de idade. Com o fator 85/95, o trabalhador poderia ter que trabalhar além do limite mínimo atual para a aposentadoria por idade, que é de 65 anos para homens e 60 para mulheres. E ainda teria consequência, por exemplo, para as donas de casa, que apesar de arcarem com a dura jornada da criação dos filhos e dos cuidados com a casa, não teriam como atingir o fator 85 sem recolher para o INSS individualmente por 35 anos ou mais. Isso justamente no momento em que o governo dificultou o acesso, por exemplo, à pensão por morte do marido.

Desta forma, esta proposta não serve ao conjunto dos trabalhadores e do povo brasileiro, pois aumenta o tempo de serviço necessário para requerer a aposentadoria. Por isso, não interessa a qual fator previdenciário estaríamos presos. Não interessa qual fator restringiria nossos direitos à aposentadoria. E não nos interessa discutir o que seria melhor para o governo: pagar as aposentadorias com fator previdenciário ou com o fator 85/95, sendo que nós sabemos que o caixa do INSS foi e é surrupiado para pagar obras faraônicas e para o pagamento de juros da dívida pública fajuta e imoral que só enriquece banqueiros e penaliza os trabalhadores. A nós interessa discutir aposentadoria integral. Não podemos lutar por menos!

**T**oda a população está nesta luta!



## Não à MP 665: em direitos trabalhistas não se mexe!

**V**ivemos tempos difíceis. O governo conseguiu aprovar no Congresso a MP 665 para dificultar o acesso ao seguro desemprego, abono salarial e seguro-defeso. O caso escancara de vez a falácia de que este seria um governo de esquerda progressista, já que o PT votou na aprovação das MPs 664 e 665 junto com outros partidos (PMDB, PSDB, DEM, PROS, Solidariedade etc.) que até fazem discurso progressista, mas apoiam os ajustes para banqueiros, como o PCdoB. Por isso dizemos: são todos iguais nos servilismo ao



capital financeiro internacional da mesma maneira que foi o governo FHC/PSDB.

O governo liberou mais de R\$ 500 milhões para o fundo partidário dos partidos, totalizando mais de R\$ 750 milhões ao ano; liberou aumento ao judiciário, que não sofre redução na aposentadoria do fator previdenciário, enquanto corta direitos previdenciários e trabalhistas do povo brasileiro. E o governo aplica ajustes para aumentar o superávit primário imoral que transfere recursos dos serviços públicos no Brasil com o corte de R\$ 70 milhões no orçamento da

união para banqueiros e especuladores financeiros internacionais em nome de uma dívida pública suspeita e caduca. E ainda assim a farra dos políticos continua farta. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), aprovou a criação de um shopping anexo ao Congresso no valor de R\$ 1 bilhão, que vai ter até sex shop. É a promiscuidade com o dinheiro do povo trabalhador. E isso porque Eduardo Cunha foi eleito por uma base evangélica e faz parte da banca evangélica. Isso prova mais uma vez que não há moralidade e decência na política burguesa.

Estão todos juntos na sem-vergonhice com o dinheiro público!

**NÃO À MP 664:  
CÂMARA APROVA  
ATAQUE À PENSÃO  
POR MORTE E  
AUXÍLIO-DOENÇA**

**A** Câmara dos Deputados aprovou os ajustes fiscais do governo federal e a MP 664, que endurece o acesso do trabalhador à pensão por morte ou

auxílio-doença. Querem abandonar as trabalhadoras viúvas e trabalhadores lesionados à própria sorte. O governo opta por banqueiros ao invés do povo trabalhador!

## Pelo arquivamento do PL 4330!

**A** Câmara dos Deputados aprovou a terceirização ampla, geral e irrestrita sobre a atividade-fim. O projeto seguiu para o Senado, sendo renomeado para PLC 30/2015. Este projeto é o mais grave ataque aos direitos trabalhistas que a bancada no Congresso

financiada pelos patrões (todos os políticos dos partidos tradicionais burgueses) já conseguiu impor. Temos que lutar pelo arquivamento da medida no Senado para impedir a destruição das conquistas mínimas da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

A terceirização não pode ser ampliada com a desculpa de regularização dos mais de 12 milhões de trabalhadores terceirizados no país. A terceirização deve ser combatida, sempre! E temos que lutar pela primeirização de toda a mão de obra terceirizada!

**SINDIPETRO – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refino de Petróleo**

Rua das Azaleas, 57 Jd. Motorama São José dos Campos/SP CEP: 12224-060 Tel. (12) 3929-7188 Fax: 3902-7003 [www.sindipetrosjc.org.br](http://www.sindipetrosjc.org.br) e-mail: [sindipetrosjc@uol.com.br](mailto:sindipetrosjc@uol.com.br) Textos, edição e diagramação: Emerson José MTB: 31.725